



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SANTANA DO ARAGUAIA
CNPJ: 05.832.977/0001-99
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

O Sr.^o Rodrigo Câmara Cruz, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 4202294 PC/PA, inscrito no CPF sob o nº 781.838.802-82, residente e domiciliado nesta cidade de Santana do Araguaia – PA, responsável pela Superintendência do Sistema de Controle Interno do Município de Santana do Araguaia, nomeado nos termos do Decreto n.º 977/2017 de 01 de Janeiro de 2017, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente o Processo Licitatório n.º 021/2018, referente à licitação: Modalidade de Pregão Presencial n.º 020/2018/SRP/FMAS, onde o objetivo é contratação de empresa especializada em fornecimento de refeição na modalidade Marmitex e rodízio, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. Licitação regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal nº 1.009 de 19 de Janeiro de 2017, e pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as respectivas alterações posteriores e Lei complementar Federal 123/2006, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos.

Declara ainda que:

Compulsando os autos, diante da análise do referido Processo Licitatório, realizado por esta Superintendência, até o presente momento, s.m.j., ressaltamos alguns pontos de considerável importância. É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada, tais como, Parecer da Procuradoria Municipal no Processo Licitatório encaminhado pelo Departamento de Licitação.

Sendo assim, em face do princípio da legalidade, moralidade e eficiência dos atos administrativos, tem-se a que a licitação deu-se por **DESERTA** de acordo com relato contido na Ata, confeccionada pelo Sr.^o Pregoeiro e equipe de Apoio, conforme dispositivo contido na Lei de Licitações nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994 e lei do Pregão 10.520/2002.

À vista do exposto encaminha-se este, para procedimento de encerramento/arquivamento e Publicação dos Atos Administrativos.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação do Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Santana do Araguaia - PA, 29 de Maio de 2018.

RODRIGO CÂMARA CRUZ
Superintendente do Sistema de Controle Interno
Decreto n.º 977/2017